

Gênero e sexualidade na escola: relato de uma educadora

Cláudia Regina Ribeiro
Instituto de Comunicação Social
Universidade Federal Fluminense
claudia-ribeiro@oi.com.br

Resumo

Esse relato trata do tema da gravidez na adolescência e das suas implicações na escola, sobretudo sua relação com a construção da identidade masculina em nossa sociedade; da homofobia, e do difícil diálogo entre alunos/as e professores sobre esses temas. Desenvolvo essas reflexões a partir dos discursos de alunos/as, professores/as, e funcionários/as construídos durante entrevistas, grupos focais, conversas informais e de um longo período de observação realizada nos últimos cinco anos em escolas públicas do município de Niterói. O contato com esse universo e esses sujeitos deu-se através do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e da minha prática profissional na área de prevenção de DST, entre adolescentes escolares. Privilegio a escola por considerá-la espaço privilegiado para a construção social dos sujeitos, inclusive das identidades sexuais e de gênero.

Palavras-Chave: gravidez na adolescência, homofobia, masculinidades, escola.

Entre os anos 2000 e 2005 atuei na realização do Projeto “Um olhar sobre a AIDS”¹, desenvolvido pela ONG Bem TV- Educação e Comunicação com o apoio do Ministério da Saúde/Coordenação Nacional de DST/AIDS e Unesco. Como educadora e uma das coordenadoras do Projeto, estive em 12 escolas do município de Niterói, onde ouvi mais de 700 adolescentes e 50 professores falarem das suas vivências, crenças e dúvidas sobre sexualidade e gênero. Em 2005 voltei a uma dessas escolas para realizar uma pesquisa sobre homossexualidade e homofobia² que teve como resultado a produção de um artigo³.

Nesse relato pretendo revelar de forma sucinta o que aprendi com essas experiências no que diz respeito a algumas questões de sexualidade e gênero na escola, mais especificamente a gravidez na adolescência, a homossexualidade e a homofobia.

As reflexões que desenvolvo nesse relato têm como base informações e dados obtidos em entrevistas, grupos focais, conversas informais com professores/as, alunos/as e funcionários/as, e muitas horas de observação do universo escolar. Apóio-me ainda em uma vasta bibliografia sobre esses temas que será anexada ao texto.

As muitas questões que envolvem a gravidez na adolescência

Logo no início do Projeto “Um olhar sobre a AIDS”, ficou claro que prevenir as DST, AIDS e a gravidez indesejada na adolescência é uma tarefa que requer bem mais que a distribuição de preservativos masculinos e as aulas sobre reprodução humana ministradas nas matérias de Biologia ou Ciências. Os desejos, sonhos, situação financeira, pouca perspectiva de vida, histórico familiar com relação à

maternidade e o padrão de masculinidade ainda vigente em nossa sociedade, têm que ser levados em conta na hora de falar destes temas.

Um aspecto relevante que não pode deixar de ser tocado é que muitas meninas engravidam porque querem, sentem desejo de serem mães. Essa idéia, ainda nova para muitos/as, nos faz repensar a expressão “gravidez indesejada na adolescência”, e a redirecionar nossas ações e discussões. Ter uma criança não é, de forma alguma, negativo *a priori*, e é assim que muitas meninas, suas mães e pais compreendem. Para muitas delas, ter um/a filho/a pode ser uma estratégia para alcançar a emancipação com relação à família e o reconhecimento na comunidade, para ganhar um espaço maior e melhor em sua casa, para a reconquista do acolhimento e atenção familiar que ela começa a perder nessa fase, ou seja, uma forma de amenizar a dura passagem da infância para a vida adulta. Pode ser ainda uma estratégia para garantir para si uma fonte de amor incondicional proveniente daquele filho, ou uma forma de comprovarem sua fertilidade e feminilidade. Esses são apenas alguns dos motivos da gravidez na adolescência relatados, mesmo que não explicitamente, pelas centenas de meninas, e meninos, com os/as quais conversei nos últimos anos.

A falta de perspectiva também é um outro motivo importante e decisivo quando se escolhe engravidar ainda jovem. Não contar com uma boa formação escolar, com o incentivo da família para continuar os estudos após o ensino médio, e com as condições financeiras que possibilitariam essa continuação, reduz as perspectivas de sucesso profissional e de um futuro economicamente mais promissor do que o dos seus pais, e isso tem influência relevante sobre o desejo da gravidez precocemente. Melhor dizendo, uma adolescente pertencente a uma família de baixa renda que deseja muito ser mãe não perceberá muita diferença entre realizar esse sonho aos 18 ou aos 28, pois suas chances de ascensão

social serão as mesmas nas duas fases da vida. Então, por que esperar?

É claro que a maternidade irá prejudicar ainda mais o desempenho escolar e muitas vezes fazer a menina desistir da escola ainda na gravidez, mas estudos⁴ vêm desmistificando a idéia de que seria a gravidez um forte incentivo ao abandono escolar. Esses estudos mostram que, na verdade, as meninas que engravidam são as que têm um histórico escolar fragmentado, ou já estavam fora do sistema escolar. Para essas a gravidez seria um elemento a mais na sua pouca inclinação para concluir a formação escolar básica, não o motivo principal. Ou seja, apontando uma outra forma de relacionar escolaridade e gravidez na adolescência

Mas vou me estender um pouco mais no último item relacionado à gravidez na adolescência descrito no primeiro parágrafo dessa seção: o padrão de masculinidade presente em nossa sociedade. Esse aspecto, embora não seja o mais salientado pelos profissionais de saúde e educação, foi o que mais chamou minha atenção logo no início do projeto. Atenho-me um pouco mais a ele também porque a construção das masculinidades tornou-se o tema da minha dissertação de mestrado no NUTES (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Logo nos primeiros encontros com os/as jovens e professores/as, percebi que ambos os grupos subestimavam a participação masculina nas discussões e prevenção da gravidez. Ou seja, para a maioria, os meninos não precisavam se preocupar tanto quanto as meninas com a prevenção, pois esta seria uma tarefa feminina, não masculina. A partir dessa premissa caberia a elas, por exemplo, escolherem e usarem o método contraceptivo, de preferência a pílula anticoncepcional; exigir o uso do preservativo ou simplesmente dizerem não aos apelos sexuais dos namorados ou “ficantes”, preservando-se assim de uma possível



gravidez. Nesses conselhos - exigir o preservativo e recusar a experiência sexual – está implícito que usar o preservativo não é algo que os meninos façam espontaneamente, e que são elas que devem, pois são elas que podem, “segurar” seus impulsos sexuais. Dois conselhos ainda norteados por idéias tradicionais sobre as sexualidades feminina e masculina. Além de tudo isso, Maria Luiza Heilborn⁵ acredita que, sobretudo nas camadas populares, a gravidez pode estar representando uma “espécie de ressemantização” da dádiva feminina concedida aos homens dentro das estratégias para a concretização da união, tomando o lugar da virgindade, desvalorizada nos dias de hoje.

Essas falas, que impõe tanta responsabilidade às meninas, silenciam sobre aspectos importantes das relações amorosas: o romantismo, a paixão, o medo de perderem o namorado, as incertezas quanto ao que deve ser feito e pedido e o que não se deve fazer ou pedir etc. Além de serem tarefas difícil ainda para a maioria das meninas, pois são poucas as que se sentem empoderadas para tomarem essas atitudes. Nessa negociação de sentidos sobre o que é e o que não é próprio para os dois gêneros, todos saem perdendo.

Além disso, só se fala em maternidade adolescente, não de paternidade adolescente, ocultando-se o fato de que essas moças podem ter engravidado dos seus namorados também adolescentes, embora alguns estudos mostrem que os pais de filhos de adolescentes são, em sua maioria, jovens adultos⁶. Os meninos são dispensados da prevenção da gravidez, do cuidado com a jovem grávida e da responsabilidade com o filho. Uma lógica perversa que impõe às meninas todas as negações, responsabilidades e preocupações, enquanto que a eles cabe administrar sua vida social e sexual sem muitos compromissos. Lógica reforçada pela escola que ainda endossa a ordem androcêntrica.

Não é incomum ouvir um menino dizer que não gosta de usar o preservativo pois atrapalhava o prazer, desconsiderando os perigos desse ato e o prazer da moça que, sem segurança e tranquilidade, será mais difícil de ser alcançado. Assim, a negociação do uso do preservativo acaba sendo apenas tarefa feminina, como se eles sempre desejassem não usá-lo, o que também não é verdade, sendo mais um dos estereótipos de gênero tantas vezes repetido. Mas, no fim das contas, essa negociação transforma-se numa questão amorosa e não de saúde, pois implica em quanto desejo e paixão sente a menina pelo menino para ceder a esse apelo, ou insistir na recusa, além do que já foi dito sobre perspectivas de vida. Algumas, por outro lado, simplesmente dispensam espontaneamente o uso do preservativo, anunciando assim as vantagens da relação com ela, ou o amor que sentem pelo namorado. Não se pode esquecer também que, geralmente, as meninas que têm camisinha na bolsa são discriminadas, pois isso significa que estariam sempre dispostas e preparadas para o ato sexual, um papel que “não deve ser o delas”. Essa análise pode parecer maniqueísta em muitos aspectos, mas é o que ainda se pode ouvir de boa parte das/as adolescentes, embora haja exceções, logicamente.

O que determina essa posição masculina, e que deve ser um dos focos dos trabalhos de prevenção de gravidez indesejada e DST/AIDS, é a formação da masculinidade hegemônica⁷ em nossa sociedade. Para a maioria, ser homem significa, entre outros aspectos, ter uma sexualidade descontrolada ou, como disse o professor Luiz Paulo da Moita Lopes⁸ em uma das reuniões do seu grupo de pesquisa, sofrer de “incontinência sexual”. As lições diárias de construção da masculinidade hegemônica são voltadas para a onipotência e dominação masculina, aprendizados que criarão armadilhas difíceis de serem desmontadas na vida adulta, como o uso do preservativo, o respeito pelos desejos das

meninas e a sexualidade também norteadas pela afetividade.

No que diz respeito à relação entre o uso do preservativo e a construção da masculinidade hegemônica, as pesquisadoras chilenas Mônica Gogna e Silvina Ramos⁹ afirmam que “o preservativo enfrenta as noções mais básicas da virilidade masculina, de que ser verdadeiramente um homem significa ser “naturalmente” menos capaz de controlar os impulsos sexuais e agressivos e senti-los com mais intensidade que as mulheres. Usar o preservativo, ser racional, controlar a energia sexual ou levar em consideração as necessidades femininas é trair a masculinidade”. Se o menino aprende que a afetividade não deve ser valorizada, que sua sexualidade é descontrolada, instintiva e que é assim que é “ser homem”, como esperar que no momento do ato sexual, momento por excelência da confirmação e realização da sua masculinidade, ele lembre ou queira usar o preservativo? Se ele assim se comportar não irá negar essa masculinidade, este impulso “natural” para o sexo, próprio do seu gênero? Acredito ser irrefutável a relação entre esse padrão de masculinidade e a gravidez na adolescência, e impensável uma discussão séria sobre o assunto sem tocar nesse tema.

Mas esse padrão de masculinidade não se constrói sem a contribuição feminina. O gênero é construído com o outro, feminino e masculino, como bem coloca Guacira Lopes Louro¹⁰. O prazer masculino é supervalorizado também pelas meninas, em detrimento do seu próprio prazer, menos importante e intenso. Daí a disponibilidade para ceder ao não uso do preservativo, assumindo a lógica hierárquica de poder e prazer.

Acreditamos que “convencê-los/as” a usar a camisinha não é tarefa fácil, mas certamente passa pelo empoderamento das meninas, pela desconstrução desses padrões de masculinidade e feminilidade

hegemônicas, pela idéia de perspectiva de vida, de futuro, de saúde sexual. Alguns desses aspectos fogem à esfera escolar e se inscrevem no âmbito econômico e político nacional. Mas há os que competem à Educação e à escola, e desses não podemos nos furtar. Levá-los/as a refletir e discutir sobre a construção das identidades sexuais e de gênero de meninos e meninas é papel da escola, certamente. Dar um passo à frente nesta discussão, lançar outras luzes sobre estas questões que desafia a todos nós que trabalhamos em educação para a saúde e cidadania, também é papel da escola.

Docentes e adolescentes: Um diálogo possível?

Falar e discutir sobre sexualidade e gênero não é tarefa muito fácil e, talvez por isso, raramente encontrei entre os/as professor/a os/as que estivessem dispostos/as a enveredar por esses campos. Um fato que confirma essa realidade é a circunscrição desse tema às aulas de Biologia ou de Ciências, que tendem a simplificar a questão reduzindo-a aos aspectos biológicos da reprodução, a privilegiar o corpo feminino no que diz respeito à concepção e a excluir a sexualidade homossexual, por exemplo. Assim a “orientação sexual” transforma-se em aulas prescritivas quanto ao uso do preservativo e a prevenção da gravidez, silenciando-se sobre o tesão, o amor e a paixão, o que torna a mensagem pouco relevante para os/as adolescentes.

No entanto, desde 1996, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola tornou-se lugar por excelência desse debate e ensinamento e a “orientação sexual” passou a ser um Tema Transversal, ou seja, deverá ser tratado dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como programação extra, sempre que surgirem questões relacionadas ao

tema. Toda essa preocupação com a educação sexual deve-se à epidemia por HIV na década de 80 e ao grande número de gravidezes na adolescência, sobretudo entre as camadas populares¹¹.

No texto do MEC sobre o Tema Transversal “orientação sexual”, um trecho chamou minha atenção. Segundo ele, ao abordarem o tema sexualidade, os/as adolescentes podem se sentir envergonhados, rirem, se calarem, sentirem-se incapazes de expressar uma opinião a respeito dos temas ou optarem pela saída da “gozação” como forma de reagir à abordagem sobre tema tão difícil de tratar. “Todas essas reações indicam as dificuldades para lidar com o tema, o medo de errar, de não ser “normal”, da opinião alheia”¹². No entanto, em minha prática pedagógica nos últimos anos percebi que essas reações são tão frequentes entre os/as alunos/as, quanto entre os/as professores/as.

No intuito de sensibilizar e informar os/as docentes sobre o projeto “Um olhar sobre a AIDS”, passamos a fazer uma reunião inicial com os/as docentes como pré-requisito para o projeto ser desenvolvido na escola. Fizemos esses encontros com os professores nas 5 últimas escolas em que trabalhamos, cerca de 50 professores. Nesse encontro reproduzíamos com os professores as mesmas dinâmicas realizadas no primeiro encontro com os alunos (eram 4 encontros). Na atividade fazíamos uma dinâmica de apresentação em que o participante deveria dizer seu nome, idade e o que a palavra “sexo” os fazia lembrar, além de emitir sua opinião sobre uma série de temas sugeridos por frases ou fotos retiradas por eles/as mesmos/as de uma caixa de papelão. Para os professores (a maioria com idade entre 30 e 50 anos) pedíamos que se remetessem à sua adolescência para responder. As palavras mais usadas ao lembrarem do que “sexo” significava para eles/as na adolescência foram: “medo”, seguida de “virgindade”, “tabu”, “ignorância” e “vergonha”. Entre os docentes do sexo masculino (mais

raros nesses encontros)¹³, as palavras, quando não eram as mesmas, tinham a mesma conotação, embora saibamos que, muito provavelmente, eles haviam gozado de mais liberdade sexuais na juventude do que as professoras.

Porém, entre os seus alunos/a as palavras mais ouvidas foram: desejo, tesão, beijo, prazer, cama, namoro, além dos nomes populares dos órgãos sexuais e, mais raramente: gravidez, virgindade e responsabilidade. As mudanças de opinião ao longo da vida devem ser levadas em conta entre os professores, obviamente, mas esse afastamento entre as gerações com relação ao que pensam sobre sexualidade era muitas vezes reforçado quando teciam seus comentários sobre gravidez e papéis femininos e masculinos hoje, temas importantes para se repensar as questões sexuais e de gênero. Esse trabalho revelou haver uma lacuna conceitual e moral entre essas duas gerações com relação a diversas questões mas, no entanto, pretende-se que os professores empreendam a tarefa de discutir sobre elas.

Durante quatro mini-cursos que ministrei para professores do município de Juiz de Fora, nos dias 19 e 20 de setembro (2006), tive a oportunidade de refazer essa experiência. As palavras utilizadas pelos/as docentes foram quase as mesmas, mas posso incluir outras: “curiosidade”, “silêncio” e “pecado”. Como em Niterói, entre os/as professores/as mais velhos não houve palavras “leves” ou positivas. E, como também aconteceu em Niterói, nas reflexões que se seguiram no decorrer do curso pude perceber ainda muito tabu, desconhecimento e medos para lidar e falar do assunto com seus/as alunos/as. Refiro-me a professores/as sensibilizados para essas questões, ou não teriam procurado o curso. Disseram ainda que encontraram resistência na escola para participarem dos cursos, e que muitos colegas chegavam a

zombar deles/as por estarem fazendo um curso organizado e realizado na sede do Movimento Gay de Minas. Entre outras coisas, perguntavam se eles/as estavam “mudando de time”, se não tinham vergonha de serem vistos entrando nesse lugar etc, apenas para citar as questões referentes à homossexualidade.

Afirmavam também que alunos/as e professores/as ainda persistem na bipolaridade entre os sexos, dividindo o que é próprio de meninas e meninos. Para uma professora,

“ainda há muito machismo, fala-se muito de sexo, mas pouco se discute. Falta também afetividade, só se fala do corpo, do emocional não se fala”.

Essa opinião foi endossada pelos/as ademais, e durante os outros cursos. Todos/as os participantes confirmaram que essas discussões são veladas nas escolas, encobertas, deixadas para a família que, muitas vezes, também se omite. O que não quer dizer que não se fale sobre sexo, ao contrário, segundo eles/as os alunos/as “só falam de sexo”.

Um fato me surpreendia sempre. Deixávamos a cargo da escola escolher a turma que participaria do Projeto, e algumas indicavam turmas de 5ª e 6ª série alegando que entre esses/as alunos/as já havia meninas grávidas, ou percebiam certos comportamentos sexualizados para além do que acreditavam serem próprios da idade. Porém, mesmo nas turmas mais avançadas do ensino fundamental, e mesmo no ensino médio, era comum o desconhecimento sobre algo que considero fundamental para meninos e meninas no que diz respeito ao exercício da sexualidade: saber como funciona o aparelho e o ciclo reprodutivo feminino, e as práticas sexuais que podem levar, ou não, à gravidez. Apesar da crítica sobre a prevalência do conhecimento sobre o corpo feminino ser justa e óbvia, esse conhecimento também é importante

para a orientação sexual. Essa experiência fez-me pensar que há uma discrepância inclusive entre o currículo escolar no que diz respeito à disciplina de Biologia (ou Ciências) e a sexualidade adolescente. Se os/as diretores apontavam os/as alunos/as das 5ª e 6ª séries como candidatos/as a participarem do projeto por identificarem nessas turmas “problemas” com relação à sexualidade, por que não reformulavam o planejamento, ou currículo, para atenderem minimamente às questões básicas sobre reprodução humana? A discrepância, portanto, não reside apenas no afastamento conceitual e moral das gerações, mas numa maior maleabilidade curricular para atender a essas novas conformações e concepções de sexualidade e gênero

Em um tema, porém, professores e alunos demonstravam estar de acordo e não haver diferença geracional de opiniões, a homossexualidade, sobretudo a masculina. Ambos os grupos mostravam ter preconceito muitas vezes disfarçado de tolerância, além de compreenderem essa sexualidade a partir de estereótipos ou de preceitos religiosos. E é sobre isso que pretendo falar um pouco agora.

Homossexualidade e homofobia na escola – uma questão que não pode mais ser silenciada

Durante o desenvolvimento do Projeto “Um olhar sobre a AIDS”, testemunhei a preocupação dos professores cada vez que uma aluna se revelava grávida. Mas, quando se tratava de discriminação sexual-sexismo ou homofobia - tratavam o fato como normal. Bastava “ralhar” com o(s) agressor(es), mandá-lo(s) parar com a chacota, que tudo ficava bem, “cumpriram seu dever”. E, apesar de nos últimos anos a luta contra a discriminação aos/às homossexuais ter ganhado adeptos em

vários segmentos, nos pátios e salas de aula ela ainda é bastante forte.

Foram muitas as vezes em que testemunhei comportamentos discriminatórios e desrespeitosos direcionados aos alunos (sempre os meninos) cuja sexualidade, segundo os colegas, não correspondia ao padrão hegemônico de masculinidade. Nessas ocasiões os alunos discriminados sofreram desde xingamentos à exclusão dos grupos em que deveriam participar no desenvolvimento das atividades propostas por nós. As meninas raramente participavam dessas ações, ao contrário, demonstraram amizade ao aluno discriminado. E, embora tenhamos testemunhado no pátio, ou arredores da escola, atitudes semelhantes com relação às meninas que eram reconhecidas como lésbicas, para elas os gestos e palavras foram sempre menos agressivos.

Entre os/a alunos do ensino médio, o que observei foi uma grande diferença no comportamento com relação aos homossexuais, se comparado com os/as alunos do ensino fundamental. Apesar de muitas vezes a faixa etária ser muito próxima, é flagrante a diferença de tratamento com os homossexuais masculinos, ou os que assim são percebidos pelos/as colegas. Entre os alunos do ensino médio a presença de colegas do sexo masculino que assumem sua homossexualidade pareceu, quase sempre, causar pouco ou nenhum estranhamento. Mas, entre os alunos do ensino fundamental, basta que um colega faça um gesto ou diga uma expressão que considerem inadequados a um menino, para que venha a sofrer constrangimentos como risos e chacotas. Além disso, a palavra viado é usada com frequência como xingamento. Os mais jovens são, portanto, mais cruéis e explícitos em sua discriminação.

Para classificar um/a colega como homossexual bastava um gesto ou um simples comportamento que correspondessem aos estereótipos

usados frequentemente para definir a homossexualidade em um homem ou uma mulher. Ouvi de professores que alguns meninos não agüentavam a discriminação e abandonavam a escola, o que provocaria no futuro uma dupla discriminação - pela homossexualidade, ou comportamento pouco condizente com as regras, e pela pouca escolaridade - reduzindo suas chances no mercado de trabalho, por exemplo. Mas ouvi também de alguns diretores e funcionários que a discriminação e agressão não vêm sendo toleradas por eles, o que já é um bom sinal.

As agressões verbais, mais comuns nos colégio onde atuei, confirmam a idéia de que a fala é uma forma de ação e a disputa por sua hegemonia, pelo poder de proferi-la, é uma constante na sociedade. A linguagem delimita os lugares sociais do falante, de quem ele fala, ou se dirige. Assim, o menino que grita "viado" para um outro, na verdade, grita para todos e todas que ele mesmo não é "viado", construindo, a partir da linguagem, um lugar confortável para ele entre seus pares - meninos e meninas -, o lugar do homossexual. Essa fala só é possível porque esse menino está investido do poder de pertencer ao círculo dos "normais", da sexualidade hegemônica. Para o colega, ao mesmo tempo, o lugar construído a partir da linguagem é desconfortável, o lugar do "anormal", do que "não deve ser", da homossexualidade. E nesse ponto retomo a idéia de que devemos começar a discutir na escola a construção da masculinidade hegemônica em nossa sociedade, que tem forte influência sobre essa discriminação contra os homossexuais.

Mas não são apenas os/as alunos que discriminam, também os professores e funcionários o fazem. Na verdade, entre os/as professores, por exemplo, o que existia era um discurso discriminatório circulando amiúde e nem sempre disfarçado. Percebia um discurso curioso entre os docentes: a culpa das agressões ou exclusão era dos



homossexuais. Ou seja, eram eles que escolhiam sentarem-se ao lado das meninas e não procurarem a companhia dos meninos, não era o medo da discriminação e maus tratos que provocava isso. Esse argumento acaba minimizando o peso que a agressividade dos colegas tem nesse afastamento e sugere que se um menino homossexual enfrentasse a situação, ou disfarçasse sua homossexualidade controlando gestos e tom de voz, seria poupado das agressões. O menino que se mantém discreto com relação a sua homossexualidade protege-se das agressões. Isso é o oposto do que se espera, e do que acontece, com os meninos heterossexuais que devem a todo momento explicitar sua “macheza”. Acreditavam também que era a consciência da sua condição desfavorável nesse ambiente, e o preconceito que tem contra a sua própria sexualidade, que o leva a se isolar muitas vezes.

Ou seja, todos as opiniões sugerem que são eles quem têm que se adaptar à escola, a essa escola que prima pela norma heterossexual. Tudo isso me parece contraditório nesses tempos de discurso da inclusão em que vivemos. Quem são os que podem ser incluídos? Todos? Quem são os “todos”? Os homossexuais parecem não pertencer a esse grupo de eleitos pela escola, e eles não serão incluídos, ao contrário, precisarão se ajustar, deixarem de “rebolar”, de se comportarem “como meninas”, “deixarem de ser homossexuais” para o bem da escola.

Também ouvi alguns/mas docentes falarem que achavam que a convivência de homossexuais com crianças poderia influenciar a sua sexualidade e por isso não era conveniente. A idéia de “contaminação” revela que ainda pode-se estar pensando em homossexualidade como uma doença, o que além de já ter sido refutado pela OMS, não faz mais sentido em nossa sociedade.

Com relação às “verdades” sobre sexualidade, a escola ainda se destaca

ao eleger concepções essencialistas em detrimento de outras mais modernas que privilegiam a idéia de construção social das identidades de gênero, fazendo com que se torne um ambiente especialmente inóspito aos homoeróticos, fechando-se ou silencia sobre o tema, quando não promove a discriminação e o preconceito. A idéia de sexualidades feminina e masculina únicas parece estar bastante presente nos discursos, impossibilitando a de feminilidades e masculinidades que deslocaria o homossexual do lugar de desviante, do que extrapolou os limites fixos da heteronorma, para um lugar mais legítimo nesse colégio. Sabemos que romper com essa fixidez não é tarefa fácil, e que a escola vem caminhando a paços curtos nessa direção, mas sabemos também que depois da família ela é o lugar privilegiado para o início dessa transformação.

Por fim, repito o que disse Beto de Jesus¹⁴ numa mesa redonda da qual participei como ouvinte há alguns dias. Para ele, se um/a jovem sair de uma escola achando que negros, índios, homossexuais, lésbicas, nordestinos são inferiores, não importa a qualidade do ensino formal, do currículo estabelecido, do seu sucesso profissional, essa escola terá falhado drasticamente com esse/a jovem.

Notas

1 - O objetivo do Projeto era a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, Aids e da gravidez indesejada na adolescência entre alunos/as de escolas públicas de Niterói. Mas, no decorrer do trabalho fomos percebendo e incorporando outras questões, como a homofobia. Nos encontros com os/as alunos/as exibíamos vídeos e fazíamos dinâmicas que estimulavam as discussões sobre esses temas, além de também produzirmos pequenos vídeos com eles/as. Essa experiência tornou-se fonte de inspiração para minhas propostas de estudo nos últimos anos, como a minha dissertação de mestrado intitulada “A

televisão e a construção das identidades masculinas”, desenvolvida no Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde – NUTES/UFRJ e defendida em abril de 2005.

2 - Em 2005 fui bolsista do Instituto de Medicina Social IMS/UERJ, onde desenvolvi uma pesquisa sobre homossexualidade e homofobia na escola, tendo como campo uma escola de Niterói e como sujeitos seus os/a alunos/as, professores e equipe administrativa. A pesquisa foi realizada com recursos do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva promovido pelo Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde/IMS/UERJ com apoio da Fundação Ford.

3 - Esse artigo foi aceito para publicação na revista Educação & Realidade em 2007 com o título: “Uma certa banda de música: representações sobre a homossexualidade numa escola pública”.

4 - DIAS, Acácia Batista e AQUINO, Estela M.L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v 22, nº 27. Rio de Janeiro, julho de 2006. Esse artigo está disponível na Internet no portal *Scielo*.

5 - HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema. In: Vieira, M. E.; Fernandes L. E.; Bailey P.; McKaay A. (org.). Seminário Gravidez na Adolescência, p. 23. Rio de Janeiro, 1998.

6 - DIAS, Acácia Batista e AQUINO, Estela M.L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v 22, nº 27. Rio de Janeiro, julho de 2006. Esse artigo está disponível na Internet no portal *Scielo*.

7 - Masculinidade hegemônica é definida por Connell como “a configuração de prática genérica que encarna a resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado a que garante (ou se toma para garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (Connell, 1997, p.39, nossa tradução). Mas, seria um erro tomar a idéia de masculinidade hegemônica como algo fixo. Ao

contrário, tem um caráter contextual que varia de cultura para cultura; em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo e mesmo no decorrer da vida de qualquer homem, como definiu Kimmel (1998).

CONNELL, La organización social de la masculinidad. In: VALDÉZ, Teresa & OLIVARRÍA, José (eds). Masculinidad/es - poder y crisis . FLACSO- Chile : Isis Ediciones de las mujeres, nº 24, 1997.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos - Corpo, doença e saúde, Publicação do programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul : Porto Alegre p.103-117 , 1998.

8 - Luiz Paulo da Moita Lopes é professor do Programa de Linguística Aplicada da UFRJ e desenvolve estudos nas áreas de Educação, Mídia e Gênero.

9 - RAMOS, Silvina & GOGNA, Mônica - Crenças leigas, estereótipos de gênero e prevenção de DST in: BARBOSA, Regina Maria & PARKER, Richard (org)– Sexualidades pelo avesso – Direitos, Identidades e Poder- Rio de Janeiro : IMS/UERJ; São Paulo Ed. 34, 1999.

10 - LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação - uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003a

11 - ALTMANN, Helena. Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola. Tese de Doutorado. Orientadora- Tânia Dauster. Programa de Pós-Graduação em Educação PUC, Rio de Janeiro , 2005.

12 - <http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn5a8.shtm> p.301

13 - Há predominância de docentes do sexo feminino nas primeiras séries do ensino fundamental. Essa característica da docência nesse nível de ensino tem íntima relação com a idéia tradicionalmente construída que relaciona afetividade, paciência e maternidade à docência (PARAÍSO, 1997).

14 - Beto de Jesus é membro do *International Lesbian and Gay Association* (ILGA/SP) e participou como palestrante na Mesa Redonda: "Educação, gênero e diversidade sexual", realizada no Seminário "Diferentes Diferenças" MEC/SECAD - de 4 a 7 de dezembro de 2006, Brasília.

Bibliografia recomendada

ALTMANN, H. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola**. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 281-315, 2003.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência: negociações na família. In: HEILBORN, M. L.; et al (org), **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1986

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M; SILVA, L. B. da. **Juventude e sexualidade**, Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

_____. **Marcas de gênero na escola sexualidade e violências : discriminações representações de alunose professores**. Disponível em: <<http://observatorio.ucb.unesco.org.br/artigos>>. Acesso em : 7 out. 2003.

CONNELL, La organización social de la masculinidad. In: VALDÉZ, Teresa & OLIVARRÍA, José (eds). **Masculinidad/es: poder y crisis**. FLACSO - Chile: Isis Ediciones de las mujeres, nº 24, 1997.

COSTA, J. F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina. **Sexualidades brasileiras**. Rio de

Janeiro: Relume Dumará,: ABIA: IMS/UERJ, 1996.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Zahaar, 1986

BRANDÃO, E. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: Heilborn, M.L (org), **Família e Sexualidade**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I : a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FULLER, N. **Masculinidades: cambios y permanências**. Lima, Pontificia Universidad Católica do Peru: Fondo Editorial, 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

HEILBORN, M. L. e GOUVEIA, P. F. "Marido é tudo igual"- mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids. In: PARKER, R & BARBOSA, R. **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: **Seminário Gravidez na Adolescência**, 1998, Rio de Janeiro. Seminário Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, Saúde do Adolescente -Ministério da Saúde e Family Health International, 1998. p. 23-32.

KIMMEL, M. S. "Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina" In: VALDÉS, Teresa & OLIVARRÍA, José (eds) . **Masculinidad/s : poder y crisis** – Chile: FRACSO- Isis- Ediciones de las mujeres, no. 24, 1997.



_____. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos** - Corpo, doença e saúde. Porto Alegre, ano 4, n. 9, p.103-117, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação - uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003a.

_____. Feminilidades e masculinidades em transição: outros sentidos para novas cidadanias. **Ex Aequo. Revista semestral APEM/CELTA**, n. 7, p. 71-79, 2003b.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? Campinas: **Cadernos Pagu**, p.143-155, 2002.

PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: Parker R, Barbosa RM. **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1996. p. 213-34

RIOS, L. F. **Feitiço de Exu: um estudo comparativo sobre parceria e práticas homossexuais entre jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ROLAND, B. A adolescência homoerótica no contexto escolar: uma história de vida In: MOITA LOPES, L. P. (org). **Discurso de identidade: discursos como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 73-102, 2000.

_____. **A poética e a política do currículo como representação**. Educação On-Line. Disponível em www.educacaoonline.pro.br, 2002.

SOUZA, E. S. de; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Campinas, **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 48, p. 52-68, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo horizonte: Autêntica, 1999.

Sobre a autora

Claudia Regina é graduada em História e Comunicação Social/Jornalismo pela UFF. Mestre em Tecnologia Educacional para a Saúde pelo NUTES/ UFRJ). Doutoranda em Saúde Coletiva na área de Ciências Humanas pelo Instituto de Medicina Social- IMS/UERJ. Atua na ONG Bem TV em projetos de Mídia e Educação sobretudo na área de saúde. Coordenadora e professora do curso de extensão: "Mídia e Educação: o audiovisual em sala de aula" na UFF.

An educator's report about gender and sexuality in schools

Abstract

This report deals with the issue of teenage pregnancy and its implications for the school, particularly its relationship with the construction of male identity in our society, homophobia, and the difficult dialogue between students, staff and teachers on these subjects. I have developed these reflections based upon students', teachers' and staff's discourses that were constructed during the interviews, focus groups, informal conversations and a long period of observation made over the last five years while working in public schools in the city of Niteroi, Rio de Janeiro, Brazil. The contact with this universe and these subjects came through the development of academic research and my professional practice in the area of STD prevention among adolescent students. I considered the school a privileged space for the social construction of individuals, including their sexual identity and gender.

Keywords: teenage pregnancy, homophobia, construction of male identity, school.